



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009741-13.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal**
 Requerente: **IVONE APARECIDA BORIM**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a ré contrato para a prestação de serviços de telefonia, tendo posteriormente havido o reajustamento do valor da mensalidade devida por ela.

Alegou ainda que a ré sem qualquer justificativa cancelou a linha.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em promover a religação da linha, bem como ao ressarcimento dos danos materiais e morais que sofreu.

Ao longo do feito, a autora noticiou que a linha em apreço teve o funcionamento restabelecido (fl. 51) e em seguida que diante de novos problemas pediu o seu cancelamento (fl. 53).

Nesse contexto, o pleito para a religação da linha deve ser tido por prejudicado, nada mais havendo a deliberar a seu propósito diante do cancelamento da mesma.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Resta então apreciar as postulações para indenização da autora.

Não detecto nos autos comprovação específica de danos materiais suportados por ela em decorrência dos fatos trazidos à colação.

A autora em momento algum balizou com mínima precisão os prejuízos que teria experimentado a esse título, além de não amealhar sequer indícios concretos sobre o assunto.

Nem mesmo os reflexos patrimoniais derivados da situação posta ficaram patenteados.

Em consequência, impõe-se a conclusão de que a pretensão deduzida no particular não vinga à míngua de lastro que lhe desse respaldo.

Solução diversa aplica-se ao pedido de reparação dos danos morais.

Consta dos autos que os problemas enfrentados pela autora datam de meses.

Foi necessária a propositura da ação para que a sua linha telefônica pudesse ser novamente utilizada, mas como as dificuldades voltaram a acontecer os serviços foram cancelados.

Não é crível que essa dinâmica fática tivesse vez com o funcionamento da linha em condições normais, até porque a autora detalhou números de protocolos de contatos havidos com a ré para a normalização dos serviços a seu cargo sem que a ré os impugnasse.

Sabe-se, outrossim, que o uso de linha telefônica nos dias de hoje assumiu grande importância, o que leva à ideia de que ao ficar privada disso a autora experimentou desgaste de vulto.

A ré ao menos no caso em exame não dispensou à autora o tratamento que lhe seria exigível, de sorte que ficaram caracterizados os danos morais.

Para a fixação do valor da indenização deverão ser tomados em conta os parâmetros observados em situações afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**